

Medida Provisória nº 952, de 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações

Apresentação: 04/08/2020 13:31 - PLEN

EMP 3 => MPV 952/2020

EMP n.3/0

EMENDA DE PLENÁRIO

Art. 1º Acrescente-se ao PLV, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. xx. Fica vedado o corte, a interrupção e a degradação de velocidade dos serviços de telefonia fixa, telefonia móvel, banda larga fixa e banda larga móvel pelas empresas beneficiadas pela presente Medida Provisória, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, assegurado o restabelecimento do fornecimento do serviço eventualmente cortado por inadimplência durante o mesmo período.

Parágrafo único. Transcorridos 30 (trinta) dias do fim do estado de calamidade pública a que se refere o caput, eventuais débitos acumulados poderão ser cobrados em até 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), sem incidência de multa ou juros adicionais.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 952, de 2020, prorroga o prazo para pagamento de alguns tributos por parte das empresas de telecomunicações, de forma a prevenir um estresse no fluxo de caixa das operadoras no primeiro semestre deste ano, sem as devidas contrapartidas. A Exposição de Motivos que acompanha a MP 952/2020 reconhece que a atual pandemia se trata de um “momento em que a conectividade faz-se ainda mais relevante para os cidadãos. Com as medidas de isolamento social para contenção do vírus, a conexão às redes de banda larga promove comunicação à distância, funcionamento de várias atividades econômicas e educacionais, além de acesso à informação para a população”.

Nesse sentido, fica evidente que os serviços de telecomunicações se configuram enquanto serviços essenciais aos

Documento eletrônico assinado por Enio Verri (PT/PR), através do ponto SDR_56449, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



EMP n.3/0

Documento eletrônico assinado por Enio Verri (PT/PR), através do ponto SDR_56449, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

Sala das Sessões, de de 2020.

C0207499578600



Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20) **(Do Sr. Enio Verri)**

Altera a MPV 952/2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD207499578600, nesta ordem:

- 1 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT
- 2 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 3 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 4 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB *-(p_7204)
- 5 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.